



Tensões pela definição do Ensino Médio: políticas de currículo, sujeitos e conhecimentos

Tensions over the Definition of High School: Curriculum Policies, Subjects, and Knowledge

Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa-Brasil

Hugo Heleno Camilo Costa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Rio de Janeiro-Brasil

Rafael Ferreira de Souza Honorato
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

João Pessoa-Brasil

Resumo

O presente dossiê reúne artigos do campo dos estudos curriculares que problematizam o Ensino Médio. Tendo como pano de fundo as reformas em curso nas políticas de currículo desde a difusão da BNCC, evidenciam-se as dinâmicas que tensionam a organização curricular e buscam fixar sentidos para esta etapa da educação básica. São termos amplamente mobilizados no debate e que se tornam foco das análises: currículo por disciplinas, integração curricular, culturas juvenis, ensino por áreas, itinerários formativos, projetos de vida, subjetividades, culturas e ensino por competências. Considerando a repercussão das tensões contínuas em torno do Ensino Médio, o dossiê reúne trabalhos que se apoiam em distintos referenciais teóricos-estratégicos. O que se oferece não é uma explicação totalizante, mas interpretações que evidenciam a política curricular como campo em permanente disputa, atravessado por deslocamentos e aberto à invenção.

Palavras-chave: Políticas de currículo; Ensino Médio; Conhecimento.

Resumen

El presente dossier reúne artículos del campo de los estudios curriculares que abordan la problemática de la enseñanza secundaria. Con el marco de referencia de las reformas en curso en las políticas curriculares desde la difusión de la BNCC, se evidencian las dinámicas que tensionan la organización curricular y buscan fijar significados para esta etapa de la educación básica. Son términos ampliamente utilizados en el debate y que se convierten en el foco de los análisis: curriculum por disciplinas, integración curricular, culturas juveniles, enseñanza por áreas, itinerarios formativos, proyectos de vida, subjetividades, culturas y enseñanza por competencias. Teniendo en cuenta la repercusión de las continuas tensiones en torno a la enseñanza secundaria, el dossier reúne trabajos que se basan en diferentes referencias teórico-estratégicas. Lo que se ofrece no es una explicación totalizadora, sino interpretaciones que ponen de manifiesto la política curricular como un campo en permanente disputa, atravesado por desplazamientos y abierto a la invención.

Palabras clave: Políticas curriculares; Educación secundaria; Conocimiento.

O Ensino Médio, frequentemente lido como etapa conclusiva da experiência formativa básica, é marcado por diferentes e dinâmicas tensões voltadas à segurança de projetos afirmados como de interesse geral. Nossa provocação parte da interpretação de que tais tensões caracterizam a política curricular para o nível médio, especificamente por compreendermos que é em resposta a diferentes questionamentos, desafios e expectativas, que são mobilizados esforços diversificados. Estes, por sua vez, tendem a convergir na busca pela formação de um tal sujeito que seja dotado de determinada forma de conhecer, que seja preparado para um suposto mundo, que seja capaz de atuar a contento em virtuais contextos, e que seja ainda competente, habilitado etc. Conjecturamos, nessa direção, que as movimentações reformistas operam na tentativa de fixar um significado para tudo o que estruturaria as condições para que o sujeito da educação básica fosse (de) verdade. Estamos nos referindo, por exemplo, às articulações políticas em torno: da (re)organização curricular; das disciplinas/matérias escolares; dos nomes como conhecimento (Costa; Lopes, 2022), interdisciplinaridade, contextualização e/ou integração curricular; da definição de itinerários formativos e de projetos de vida (Rodrigues; Costa, Rodrigues, 2025); do que é a vida (Rodrigues; Rodrigues, 2025); do que é ser jovem; do que é/seria uma cultura juvenil; do que se busca como futuro (Calabria; Chagas; Rodrigues, 2025). Nessa direção, em análises recentes temos destacado como tais reformas se estruturam como projetos hegemônicos que buscam estabilizar sentidos ao mesmo tempo em que são atravessados por disputas nos espaços escolares (Honorato *et al.*, 2025).

Estamos certos de que nossa alusão às articulações produzidas nas políticas de currículo para o Ensino Médio é eufemismo diante da proliferação de sentidos que são postos em circulação na relação com o tema. Aventamos, nesse início de conversa, a potencialidade disseminadora (Derrida, 1972) de momentos da política, tais como: as produções intelectuais de diferentes tempos, não apenas as identificadas como “do campo do currículo”, mas também aquelas que, sem pretender um envio ao chamado campo dos estudos curriculares, afetam o debate curricular; as produções de políticas públicas de currículo, também chamadas de “documentos oficiais” de órgãos de gestão pública (Ministério da Educação, secretarias de educação estaduais e municipais), cuja produção é influenciada por diferentes atores, públicos e privados (Rodrigues; Rodrigues, 2024), mas motivados por diversas influências ultraconservadoras (Lopes; Cunha; Costa, 2025); os pareceres de especialistas; as experiências cotidianas; e as falas públicas veiculadas em diferentes meios. Essas

movimentações, como temos dito, expressam tanto estratégias de regulação quanto brechas para a invenção de outros sentidos, pois operam sempre em campos de instabilidade discursiva (Rodrigues; Elias; Honorato, 2024).

Obviamente, o texto aqui não pretende compreender todas essas dimensões, mas chama a atenção para tal diversificação de leituras e vias produtivas da política para por em questão a mencionada disseminação no intuito de fragilizar as expectativas totalizadas de explicação das políticas para o Ensino Médio. Por qual motivo optamos por esse caminho? Ao apoiar nosso investimento na disseminação, entendemos que tudo o que podemos fazer, como até mesmo organizar um número temático em um periódico, é decidir pela afirmação de leituras possíveis sobre a política entre tantas outras leituras em circulação e em processo contínuo de produção de novos e imprevistos sentidos. Isso é dizer que interpretamos que o que mobiliza esse dossiê não é assegurar o que é a política, mas afirmar momentos interpretativos da política que, visando hegemonizar perspectivas, levarão ao imponderável, serão tornadas outras coisas em diferentes outros contextos; adulterarão a política, produzirão política (Honorato; Ribeiro; Pereira, 2024).

Lembramos aqui da disseminação na perspectiva de Derrida (1972), que envolve uma dinâmica política em que a impossibilidade de controle sobre o porvir constitui um horizonte. Todo investimento, no que o autor pensa como uma ampla textualização (Derrida, 1999), incide na produção de novos sentidos em um texto em constante e irregular processo de edição (Rodrigues; Chagas; Calabria, 2023). Interessantemente, a esse respeito, quando questionado quanto à melhor organização ou sequência de leitura de suas produções intelectuais, Derrida (2001) acena para a impossibilidade de uma organização decisiva ou “correta” dos textos. Para o autor, os textos podem ser organizados e reorganizados de diferentes maneiras, não havendo prioridades ou pressupostos para o início do envolvimento com eles. É com essa inspiração que nos voltamos aos artigos que integram esse número temático: consideramos que, qualquer que seja a ordem de leitura, a desordem de leitura, a leitura na íntegra ou não de determinado texto, a (justa)posição de ideias constituirá novas projeções, novos envolvimento, novas provocações. Essa nossa expectativa é a de afirmar a importância de que as virtuais leituras fiquem à vontade para desenhar seus percursos (e também para divulgar o número [risos]). Como a organização ficará por conta da leitura de “um tal você que nos lê” e que nem conhecemos, tomamos a liberdade de criar, pela fé

(Derrida, 2000) em um sustentável fio condutor, um encadeamento só para dar partida na conversa (Honorato; Ventura; Silva, 2024).

Vamos lá! O presente dossiê envolve artigos produzidos no campo dos estudos curriculares e dedicados à pesquisa sobre o Ensino Médio; assume como plano de fundo as reformas nas políticas públicas de currículo, que têm sido postas em marcha desde a difusão da BNCC com as dinâmicas que incidem na organização curricular, traduzindo recuperações de tradições e perspectivas. Por considerarmos a repercussão da tensão contínua sobre o Ensino Médio, o dossiê reúne trabalhos produzidos em enfoques teóricos e estratégicos de distintas interlocuções, com abordagens pós-estruturais, pós-críticas, pós-fundacionistas, pós-coloniais, críticas, fenomenológicas e afins. A motivação do número especial está em reunir trabalhos qualificados de diferentes regiões brasileiras, bem como contribuições estrangeiras, com a ideia de produzir convergências e divergências de investigações que favoreçam a cobertura intelectual do tema, o que compreende a intenção de produzir reverberações em distintos contextos.

Nesse sentido, o artigo “O ‘Novo’ Ensino Médio em análise: mapeando as produções acadêmicas entre 2016 e 2025 sob a ótica dos sentidos de inovação”, de Ana Cláudia Rodrigues e Adriège Rodrigues, apresenta uma análise do estado da arte de pesquisas acerca do Novo Ensino Médio, com ênfase nos discursos que sustentam a ideia de inovação curricular. A pesquisa mapeou a produção acadêmica publicada entre 2016 e 2025, considerando os impactos da Lei nº 13.415/2017, da Lei nº 14.945/2024 e do Projeto de Lei 5.230/2023. A análise baseia-se na perspectiva da Análise de Conteúdo de Bardin e em aportes teóricos de Ball, Brown, Foucault, Laval e Dardot, visando compreender como a racionalidade neoliberal opera nas reformas educacionais. Os resultados evidenciam a emergência de discursos hegemônicos que associam inovação a empregabilidade, a controle docente e a redefinição do conhecimento escolar em um campo de disputas marcado por contradições e racionalidades de mercado.

Já o artigo “Tensões pela organização curricular do Ensino Médio: integração e contextualização para um mundo desconhecido”, de Hugo Heleno Camilo Costa, problematiza as propostas de reorganização curricular do Ensino Médio brasileiro a partir de uma perspectiva pós-estrutural, inspirada nas ideias de Jacques Derrida. O autor tensiona diferentes referências ao desenvolver uma discussão sobre como a reforma curricular promete produzir sujeitos aptos a atuar em um mundo incerto e mobiliza uma lógica de

controle e racionalização do conhecimento via interdisciplinaridade e contextualização. Ao abordar a documentação tida como oficial, o autor defende que a proposta de superação do currículo disciplinar é mobilizada por pressupostos que tendem a limitar a autonomia das escolas e a pluralidade de experiências contextuais.

De autoria de Rafael Ferreira de Souza Honorato *et al.*, o artigo “Antagonismos na política curricular do Ensino Médio em tempo integral do Ceará: disputas por sentidos de juventude” investiga como os discursos que sustentam a política de Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará articulam sentidos de juventude e buscam produzir hegemonia no campo curricular. Parte-se da compreensão de que a reforma do Ensino Médio, longe de ser neutra, opera como prática discursiva que tenta fixar formas específicas de subjetivação juvenil e organização do conhecimento. Assumindo uma abordagem pós-qualitativa em diálogo com uma ontologia pós-estrutural e pós-fundacional da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), a pesquisa analisa documentos oficiais como arenas de disputa por significados, evidenciando os deslocamentos, antagonismos e articulações que tentam estabilizar imagens legítimas da juventude na escola pública.

O artigo “Notas críticas acerca da Reforma do Ensino Médio: por um outro modo de pensar currículo”, de William de Goes Ribeiro *et al.*, destaca notas críticas elaboradas pela via pós-estruturalista a respeito do Novo Ensino Médio. Tomando como base referências curriculares e pesquisadores afinados à leitura ontológica pós-fundacional, os autores ressaltam a potência de pensar o currículo enquanto política cultural. Questões como cultura, diferença e alteridade são caras ao debate, e com elas são pensados os sentidos de currículo e de formação articulados pela via da política mobilizada pela Base Nacional Curricular Comum. Conforme leituras do campo, defende-se mais ampliar os sentidos obstaculizados do que reforçar a defesa de idealismos e/ou de projeções sedimentadas de currículo. Entende-se, conclusivamente, que a crítica se dá de outro modo, assim como a nossa maneira de se fazer política.

O artigo “Reforma do Ensino Médio: tentativas e tensões”, de Marinazia Cordeiro Pinto e Alice Casimiro Lopes, busca pensar a recente reforma do Ensino Médio no Brasil percorrendo a sua trajetória histórica desde a configuração do Projeto de Lei em 2013 até as últimas “reformas da reforma” em 2025. As autoras passam ainda pelos antagonismos associados às negociações sobre os sentidos disseminados pelos diversos textos dessa

legislação educacional. Nesse propósito, buscam também refletir o quanto o relatório referente às profissões do futuro, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, é performático e como ele transborda no que diz respeito às questões apenas descritivas e calculadas. As autoras destacam no texto a fragilidade e a precariedade de todo planejamento e, para tanto, trazem a noção derridiana de por vir como uma ideia de plenitude nunca alcançada, mas na qual se investe.

O artigo de Leidiane Oliveira e Érika Cunha, “Fantasias de controle e objetividade na política curricular de Ensino Médio em Tempo Integral de Mato Grosso”, por meio da teoria do discurso, tensiona as negações e as fantasias de controle e de objetividade que turvam a natureza contingente e conflituosa da política na medida em que encenam uma positividade impossível à educação. As autoras realçam a contingência como um foco potente para des-sedimentar vinculações entre razão, conhecimento (escola) e democracia, vinculações essas que são coordenadas pela fé em um sujeito consciente e universal que exclui o outro como diferir, inesperado. Teorizam ainda sobre as lógicas sociais, políticas e fantasmáticas como dimensões produtivas da política e exploram esta última na investigação sobre a reforma na política de Educação Integral em Tempo Integral no Ensino Médio de Mato Grosso, bem como seus efeitos. Por fim, sem propor a superação (impossível) da dimensão fantasmática no viver, as autoras defendem a educação como relacional e, portanto, impeditiva das promessas de plenitude e harmonia.

O artigo “O espaço dedicado à integração e a interdisciplinaridade nos currículos do Ensino Médio da Região Centro-Oeste do Brasil”, de Francisco Thiago Silva *et al.*, tem como objetivo averiguar o espaço dedicado à integração e à interdisciplinaridade nos currículos do Ensino Médio da Região Centro-Oeste do Brasil por meio da análise documental dos currículos prescritos das Secretarias Estaduais de Educação. A investigação se deteve nas categorias da “integração” e da “interdisciplinaridade”. O artigo se inicia com uma discussão teórica sobre as relações entre currículo, integração e interdisciplinaridade; em seguida, apresenta um histórico legal das políticas para o Ensino Médio no país e se encerra com a análise documental. Os achados revelam que há uma convergência nos documentos curriculares em relação ao princípio de integração e interdisciplinaridade como primordiais para uma educação inclusiva, abrangente e de qualidade no Ensino Médio, pois articula um currículo mais dinâmico e de construção coletiva, no nível prescrito.

O artigo de Clívio Pimentel Júnior, “Hibridismo e disputas pela definição do Ensino Médio no Currículo de Sergipe: analisando traduções da BNCC”, discute de que modo a tradução contextual da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio do Currículo de Sergipe, participa das disputas políticas pela definição do Ensino Médio no estado. O autor assume uma perspectiva epistemológica pós-estruturalista ao discorrer sobre as maneiras pelas quais o Currículo de Sergipe buscou, ao traduzir no estado a BNCC, adequar-se ao fenômeno da reforma das políticas públicas de currículo baseadas em padrões de aprendizagem em curso no Brasil. O argumento é o de que, assim como observado em traduções contextuais em outros estados, o Currículo de Sergipe disputou definições em torno do Ensino Médio hibridizando perspectivas curriculares que fomentam graus de adesão/resistência teórica e política ao funcionamento da norma prescritiva, determinista e homogeneizante posta na pedagogia das competências e da padronização das aprendizagens escolares na BNCC.

O artigo “Ensino Médio na Bahia: responsabilização individual enquanto estratégia curricular e o novo componente Projeto de Vida”, de Cléo Emídio dos Santos Lima e Fábio Silva, tem como objetivo analisar o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), instrumento que apresenta a arquitetura curricular do estado, com destaque para o componente “Projeto de Vida”. Trata-se de uma pesquisa documental, cuja base epistemológica e analítica é o materialismo histórico-dialético, que utiliza as categorias de totalidade, historicidade e contradição. Os resultados da análise indicam que as mudanças na estrutura curricular, exigidas pela Reforma do Novo Ensino Médio, reforçam uma formação de jovens adaptáveis às demandas de um mercado de trabalho precarizado em detrimento de uma formação integral que valorize o acesso ao mundo do trabalho, ao conhecimento científico e à cultura. O estudo evidencia que a reforma curricular, ao priorizar a flexibilização e o empreendedorismo, amplia as desigualdades educacionais e limita o potencial emancipatório da escola pública.

O artigo de Hellen Gregol Araujo e Raquel Braga de Lima, “O ensino médio no estado do Rio de Janeiro: o projeto da Ong Já Rio para os itinerários formativos”, discute a atuação da ONG Já Rio na “implementação” do Novo Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro. A instituição atua diretamente nas escolas da rede pública, em convênio com a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ). O objetivo foi analisar como essa atuação

se acentuou a partir da reforma do ensino médio, promovida pela Lei 13.415/2017. As autoras utilizaram como ferramenta analítica as redes políticas de Ball (2014) com foco nas produções da ONG Já Rio e da Seeduc-RJ no período de 2017 a 2024. Este é o recorte de uma rede maior que se organizou a partir do Novo Ensino Médio. O artigo conclui defendendo que a política de reestruturação do Ensino Médio proporcionou uma acentuação das parcerias público-privadas e reforçou o discurso de um Ensino Médio ineficiente na formação do sujeito em relação ao empreendedorismo de si e à preparação para o mercado de trabalho.

O artigo “Cenas neoliberais e neoconservadoras no Ensino Médio Capixaba”, de Paulo de Tássio Borges e Maurício Dias, apresenta diálogos a partir da pesquisa *Novas roupas, velhos fios: Neoliberalismo e Neoconservadorismo frente às questões dos Gêneros e Sexualidades no movimento de integralização da escola Manoel Duarte da Cunha (2007 a 2021)* refletindo os lugares em que a política de educação neoliberal e neoconservadora ocupa nas projeções civilizatórias e desenvolvimentistas capixaba. A metodologia se deu a partir de cenas etnográficas fantasmáticas (Macedo; Silva, 2021) de um dos autores, subsidiadas em análises documentais e faz uso ainda da “afetação” e da “fabulação crítica”. Sem a pretensão de fechar conclusões, guardadas as devidas correspondências com as várias faces do modelo de modernização conservadora hegemônico no Espírito Santo, as políticas curriculares para o Ensino Médio se tornaram um dos pilares de sustentação do modelo de desenvolvimento emergente, justapondo de uma só vez ativos sociais, identitários e humanos de valor agregado que, combinados, estiveram na “esteira de formação” do indivíduo-máquina-cidadão às “exigências para o século XXI”.

O artigo “Atacado para o Governo e Varejo para a Educação: impactos das reformas curriculares para o Ensino Médio Noturno em Santa Catarina”, de Naiara Tibola e Juares Thiessen, resulta de uma pesquisa que teve como objetivo compreender os desafios e impactos das reformas curriculares na oferta do Ensino Médio Noturno em Santa Catarina. De abordagem qualitativa, a investigação utilizou o método documental, analisando as matrizes curriculares adotadas pelo Estado. Para a interpretação dos dados, recorreu-se à técnica de análise do Ciclo de Políticas de Stephen Ball, que permite compreender os processos de formulação e recontextualização das políticas educacionais. Os resultados apontam que as alterações significativas nas matrizes curriculares comprometem a oferta de uma educação pública de qualidade e afetam diretamente a permanência dos jovens estudantes na escola.

O artigo de Catalina Rivera-Gutiérrez *et al.*, “Revisão dos Objetivos de Aprendizagem para o 1º e 2º ano do Ensino Médio no Chile: Elementos explícitos e implícitos na Educação Física”, focaliza o caso chileno partindo da perspectiva de que o currículo é apresentado por meio das Bases Curriculares e que, para cada disciplina, há um Programa de Estudos com Objetivos de Aprendizagem e Objetivos de Aprendizagem Atitudinais. O artigo tem como objetivo analisar criticamente os elementos explícitos e implícitos presentes nos Objetivos de Aprendizagem do currículo de Educação Física e Saúde do 1º e 2º ano do Ensino Médio. A pesquisa constitui-se dentro do paradigma qualitativo, e os dados foram processados por meio da Análise de Conteúdo. Os resultados mostram objetivos de aprendizagem taxonômicos com progressões lineares e pouca progressão. Também é evidente que o tempo alocado para atingir os objetivos é insuficiente e, assim, conclui-se que é necessário analisar a estrutura e o raciocínio presentes na construção do currículo de Educação Física e Saúde.

O artigo “O sintagma Projeto de vida e itinerários formativos no NEM: os casos da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte”, de Lady Daiana Oliveira *et al.*, articula a interpretação das políticas curriculares para o Novo Ensino Médio brasileiro em três estados, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, com foco nos itinerários formativos e projetos de vida pensados em termos derridianos como marcas que arrastam uma vaga noção de grafia de livre tradução. Os autores utilizam operadores discursivos, à luz de Stephen Ball e colaboradores, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, como possibilidades compreensivas da política curricular. Nos documentos curriculares dos estados pesquisados, é possível apontar o movimento da política e como sua tradução produz sentidos outros que escapam ao controle e à previsibilidade, como a ideia de projeto universal. Considera-se que a pretensa flexibilização curricular é mais uma tentativa de controlar os projetos de vida dos jovens definindo padrões/propósitos antecipadamente.

O artigo “‘Parece que tudo virou um empreendedorismo’: a disciplina Projeto de Vida na perspectiva docente de três escolas do Sertão Baiano”, de Marcio Caetano e Jaciel Santos, parte da ideia de que segmentos da educação contemporânea têm promovido um ideal de sujeito autorregulado e empreendedor de si, articulado à racionalidade neoliberal que confere centralidade à pedagogia empreendedora. Tal lógica tem atravessado o espaço escolar, tornando-o cada vez mais suscetível às exigências do mercado, que impõe ao indivíduo uma postura orientada pelo acúmulo, competitividade e responsabilização por seu

próprio sucesso ou fracasso. Com o objetivo de analisar de que forma essa racionalidade incide sobre a escola e a prática docente, examinou-se a BNCC e o DCRB e realizaram-se entrevistas com docentes de três escolas situadas no Sertão Baiano. Os resultados evidenciam que professores(as) do componente Projeto de Vida relatam despreparo para atuar nos Itinerários Formativos, identificam desinteresse por parte dos discentes e percebem o agravamento das assimetrias entre os sujeitos escolares a partir da lógica empreendedora.

De autoria de Lorena Azevedo do Carmo e Jeferson Maske, o artigo “O que fazemos com o Projeto de Vida quando as nossas estão em risco? Emblemas e contradições do Novo Ensino Médio” analisa o Novo Ensino Médio (NEM) e suas consequências para a educação pública no Brasil, evidenciando como a flexibilização curricular proposta acentua desigualdades ao invés de reduzi-las. O trabalho caminha pelo campo das políticas curriculares e perpassa pela desigualdade e pelas múltiplas formas de violência. Embasado em teóricos como Stephen Ball e Achille Mbembe, o estudo aponta a influência neoliberal na formulação das políticas educacionais, destacando a privatização e a individualização como mecanismos que comprometem a equidade no ensino. Além disso, discute a necropolítica e suas implicações para estudantes de periferias, onde a violência e a precarização escolar desafiam a construção de Projetos de Vida. Conclui-se que o NEM, ao invés de democratizar oportunidades, reforça desigualdades estruturais.

O artigo “A reforma do Ensino Médio como vetor de um novo horizonte de juventude: fantasias neoconservadoras, projetos de subjetivação e tensões hegemônicas”, de Anna Luiza Martins de Oliveira e Gustavo Oliveira, analisa a reforma do Ensino Médio como um horizonte hegemônico de produção de subjetividades juvenis no Brasil que articula racionalidades neoliberais e neoconservadoras. Com base na Teoria Política do Discurso e na abordagem das lógicas, o trabalho discute como o Novo Ensino Médio mobiliza fantasias de autogestão, empreendedorismo e moralidade para constituir um novo ideal juvenil. Os autores argumentam que tais políticas operam por meio de lógicas fantasmáticas que organizam desejos, estruturam identificações e tentam estabilizar sentidos. O texto aponta também para as possibilidades de deslocamento, afirmando a juventude como campo político de disputa simbólica e reinvenção subjetiva.

O artigo de Luiz Felipe de Oliveira et al., “Educação, neoliberalismo, neoconservadorismo e resistência: desafios curriculares do Ensino Médio na

contemporaneidade” tem como objetivo compreender os sentidos que são materializados no currículo do “novo” Ensino Médio abordando os desafios da educação na racionalidade neoliberal, que transforma a educação e o currículo em produtos mercantis. O trabalho analisa as reformas do currículo do “novo” Ensino Médio que buscam alinhá-lo à preparação para o mercado via a racionalidade neoliberal e neoconservadora. Nesse sentido, o texto se debruça sobre os processos de negociação, tradução e significação, ou seja, as disputas entre os discursos que defendem formar indivíduos em uma normatividade mercantil e os discursos que condensam sentidos de emancipações e resistências acerca da educação e do currículo plurais e democráticos. Conclui-se que essa arena política engendra disputas entre os discursos reacionários e conservadores e os discursos emancipatórios.

Já o artigo “Políticas de futuridade para/com as juventudes: o caso do Ensino Médio”, de Luís Paulo Cruz Borges e Thiago Luiz Alves dos Santos, assume como objetivo analisar os sentidos das juventudes e seus projetos de futuro no contexto das políticas públicas para o Ensino Médio partindo do recorte de uma pesquisa já concluída (2019-2023). As teorizações estão pautadas entre o crítico e pós-crítico e articulam as políticas públicas para/com as juventudes em sua relação com o Ensino Médio e o currículo. Metodologicamente, o trabalho opera a partir de uma perspectiva teórico-conceitual como possibilidade de construção de uma teorização das políticas públicas em educação evocando as vozes dos jovens estudantes. Entende-se que há disputas no campo das políticas curriculares e de educação, sendo também o futuro uma categoria em disputa. A guisa de conclusão, compreende-se que as políticas para o Ensino Médio vêm pautando a subjetivação das juventudes e disputam o que seriam seus projetos de futuro.

O artigo que encerra as provocações do dossiê é de autoria de Juliano Casimiro Sampaio *et al.*, intitulado “Arte como convívio e o currículo de Arte para o Ensino Médio”. Nele, os autores assumem a necessidade de pensar a convivialidade como um operador curricular do Ensino da Arte no Ensino Médio para a formação integral de estudantes voltada ao desenvolvimento pleno dos sujeitos em suas múltiplas dimensões. Insere-se o termo convivialidade no campo das humanidades, dissociando-a da natureza utilitária-capitalista. O trabalho se apoia nas proposições de Dubatti, Ruffini e Bourriaud para pensar uma dimensão ecológica dos saberes e fazeres na Arte como possibilidades contextuais e materiais do convívio artístico em tempo dilatado. Cooperação e conflito são assumidas propositivamente

como duas dimensões da convivialidade. Conclui-se que, apesar de a dimensão convivial estar presente na Lei de Diretrizes e Bases como um dos eixos da Educação Básica, ela não ganha destaque nos demais documentos normativos e curriculares.

No tentativa de honrar nosso esforço inicial pelo não-fechamento de uma condução de leitura, concluímos chamando a atenção para as oportunidades de trânsito teórico, estratégico metodológico, interpretativo e inspirador que os diferentes trabalhos aqui tramados provocam. A ideia é que esse texto constitua um convite à fruição das ideias, um apelo ao debate qualificado, e também uma defesa à abertura de canais a partir dos quais possamos projetar a irregularidade, a assimetria e a disseminação como dínamos da política. Não em tom constataativo, mas por entendermos que essa pode ser uma via para a afirmação de perspectivas plurais por meio das quais possamos cogitar tantas outras experiências e construções nas relações produzidas no que chamamos de Ensino Médio.

Referências

- BALL, Stephen. J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- COSTA, Hugo Heleno Camilo; LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. O conhecimento como resposta curricular. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 1-23, 2022.
- DERRIDA, Jacques. **Foi et savoir**. Suivi de Le Siècle et le Pardon (entretien avec Michel Wieviorka). Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- DERRIDA, Jacques. **La dissémination**. Paris: Éditions du Seuil, 1972.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- DERRIDA, Jacques. **“Posições”**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- HONORATO, Rafael Ferreira de Souza; RIBEIRO, William de Goes; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Currículo como redes de significação discursivas: interculturalidade pós-crítica em paisagens indígenas latino-americanas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 24, e2527, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol24articles/honorato-ribeiro-pereira.pdf>. Acesso em: 9 set. 2025.
- HONORATO, Rafael Ferreira de Souza; SILVA, Rallyne Ranielly Alves da; VENTURA, Juan Cleslay Pereira; ARAÚJO, Gabriel César de. Invenções curriculares no Ensino Médio: criações docentes e diferenças. In: TIROLI, Luiz Gustavo; ARAÚJO, João Fernando de; SANTOS, Adriana Regina de Jesus dos; SILVA, Rafael Bianchi; FAVINHA, Marília Evangelina Sota (Orgs.). **Transpondo fronteiras:** diálogos sobre currículo, formação e trabalho docente em contextos nacionais e internacionais. Londrina: Editora Madrepérola, 2025. p. 399-412.
- HONORATO, Rafael Ferreira de Souza; VENTURA, Juan Cleslay Pereira; SILVA, Ranielly Alves da. Homogeneização curricular e singularização das juventudes: a armadilha da Reforma do

Ensino Médio. **Revista Educação e Emancipação**, v. 17, n. 3, p. 77–95, 2024. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/24058>. Acesso em: 21 set. 2025.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, Alice Casimiro; CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da; COSTA, Hugo Heleno Camilo. Como enfrentar o negacionismo e a crítica à educação em tempos de populismo de direita?. **Sociologias**, v. 27, p. 1-35, 2025.

MACEDO, Elizabeth; SILVA, Paulo de Tassio. Pesquisa pós-qualitativa e responsabilidade ética: notas de uma etnografia fantasmática. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 1-20, out./dez. 2021.

RODRIGUES, Adriège Maias; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. Subjetivação e Educação: uma análise do Projeto de Vida como estratégia de governamentalidade. **Revista e-Curriculum**, v. 23, p. 1-22, 2025. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/69616/48081>. Acesso em: 22 set. 2025.

RODRIGUES, Adriège Matias; COSTA, Regina Alice Rodrigues Araújo; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. Educação sob a égide do neoliberalismo: Projeto de Vida e a fragilização da formação integral. **Revista Diálogo Educacional**, v. 25, n. 84, p. 106-122, 2025. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2025000100106&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 22 set. 2025. Acesso em: 19 mai. 2025.

RODRIGUES, Adriège Matias; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. O discurso neoliberal no Ensino Médio: o Projeto de Vida e a construção do empreendedor de si. **Revista Educação e Emancipação**, v. 17, n. 3, p. 15–38, 2024. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/24105>. Acesso em: 22 set. 2025.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; CHAGAS, Liliane Alves; CALABRIA, Thiago. Formar que cidadão? Concepções presentes na proposta curricular das escolas em tempo integral da Paraíba. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280111, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/a/z4DcLzn4y4mkP96sKnhnG7M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2025.

RODRIGUES, Ana Cláudia Silva; ELIAS, Joana Karoline da Silva; HONORATO, Rafael Ferreira Souza. Produzindo sentidos de educação integral nas escolas cidadãs integrais. **Práxis Educacional**, v. 20, n. 51, p. e14163, 2024. DOI: 10.22481/praxisedu.v20i51.14163. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/15638>. Acesso em: 21 set. 2025.

Sobre os/as autores/as

Ana Cláudia da Silva Rodrigues.

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Mestra em Educação (2003) e Pedagoga pela Universidade Federal da Paraíba (1994). Professora da Universidade Federal da Paraíba. Editora da Revista Espaço do Currículo. Líder do Grupo de Estudos e

Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC) e membro dos grupos de pesquisa Currículo e Práticas Educativas; Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos; e Currículos, Cotidianos, Culturas e Redes de Conhecimentos (UFES). Integra a Rede Latino-Americana de Estudos Epistemológicos em Política Educacional. Email: ana.rodrigues@academico.ufpb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6621-1861>.

Hugo Heleno Camilo Costa.

Professor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) e do Programa de Pós-graduação em Educação da (PROPEd/UERJ). Doutor em Educação pela UERJ. Lidera o Núcleo de Estudos em Currículo, Cultura e Subjetividades (NECSUS) e é Secretário-geral da Associação Brasileira de Currículo (ABdC). Atua nos campos do currículo, ensino de Geografia e formação docente, com foco em políticas de currículo, conhecimento, subjetividade e cultura. Tem pesquisas financiadas pelo CNPq, Faperj e UERJ. E-mail: hugoguimel@gmail.com/hugo.costa@uerj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8833-976X>.

Rafael Ferreira de Souza Honorato

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), atuando na graduação e no Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva (PROFEI/UEPB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Experiências Escolares (GEPCEE/UEPB/CNPq). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Currículo (GEPPC/UFPB/CNPq). Editor da Revista Espaço do Currículo (REC). Vice Coordenador do GT 12: Currículo da ANPED (Gestão 2024-2025). Segundo Vice-presidente da Associação Brasileira de Currículo (ABdC), Gestão 2025-2027. E-mail: rafaelhonorato@servidor.uepb.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6196-0211>.

Recebido em: 26/09/2025

Aceito para publicação em: 27/09/2025